JORNAL Comércio

Porto União/SC | União da Vitória/PR | Ano 89 | **Edição** 6493 | **Terça-Feira,** 27 de Outubro de 2020 | **Finalizado** às 19h12

NOVO PREÇO
R$ 4,99
MUITO MAIS
+ QUALIDADE
+ CONTEÚDO
+ CORES

PÁGINAS | 03, 04

ARRECADAÇÃO CAI E CIDADES FICAM MAIS POBRES

Dados retratam cenário da região da Amsulpar. Confira os detalhes nesta edição

EVENTO | 06

FÓRUM ECONÔMICO ACONTECE NA QUINTA-FEIRA

Evento será realizado na UNESPAR e é organizado por entidades representativas do Vale do Iguaçu

EDUCAÇÃO | 05

PARANÁ TERÁ 215 COLÉGIOS CÍVICO-MILITARES

Investimento será de R$ 80 milhões e atenderá 129 mil alunos. Unidades serão instaladas em 117 municípios

ENTREVISTA PELO ESTADO | 08

"TALVEZ NÃO TENHA ME DEDICADO TANTO A GESTÃO POLÍTICA", REFLETE MOISÉS AO SE AFASTAR

A pandemia não parou a Assembleia. São mais de 180 LEIS APROVADAS no combate ao coronavírus.

A pandemia de Covid-19 chegou causando mudanças. Transformou a rotina e as prioridades de pessoas, empresas e governos. Na Assembleia Legislativa do Paraná não foi diferente.

Por isso, a Assembleia se reinventou e começou a utilizar um sistema inédito de votação on-line. Afinal, o trabalho não pode parar. Como resultado, criou mais de 180 leis que minimizaram os impactos da doença no estado.

Repasse de R$ 100 milhões para a compra da vacina assim que estiver disponível

Repasse de R$ 37 milhões para a Saúde investir em ações de enfrentamento ao Covid-19

Uso obrigatório de máscara em espaços públicos e ambientes de uso coletivo

Conheça todas as leis em: www.assembleia.pr.leg.br

Quando é bom pra você, a Assembleia aprova.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Supermercados GLORIA
www.smgloria.com.br
(42) 3521-5999



Milho no Monjolo

Odilon Muncinelli
colunista@jornalocomercio.com

"MULHERES NA POLÍTICA"

Na última quarta-feira, dia 21, a Associação de Jornalistas e Escritoras do Brasil, com sede em Curitiba-PR, promoveu o 10º Encontro "Mulheres na Política" que abordou a atuação de mulheres em cargos eletivos a partir de suas histórias, trajetórias, influências, desafios e conquistas. Mulheres inspiradoras que estão desafiando o status quo para fortalecer a democracia e criar um futuro melhor a partir de uma nova forma de exercício do poder. Participaram do evento, por ordem alfabética – 1. Aldair W. Muncinelli, Professora Pedagoga. Vereadora por dois mandatos, um de 04 anos e outro de 06 anos: de 1983 à 1992. Candidata ao Senado em 1986. Conselheira de Educação no Estado de Santa Catarina por dois mandatos, de 1993 à 2005. A primeira e única Mulher eleita Presidente do CEE/SC em 1999. Atualmente, Secretária de Educação no Município de Porto União-SC, aos 74 anos de idade. 2. Alessandra Hauer Vargas, Advogada formada pela PUC-PR. Atuante na área cultural. Desde 2015 é ativista política apartidária. Fundou o Movimento Mais Brasil Eu Acredito Contra a Corrupção. Participou da confecção da Bandeira Verde e Amarelo de 50 metros por 8 metros, símbolo participante de todas as manifestações democráticas. Membro da Comissão de Políticas sobre Drogas da OAB Paraná. 3. Elieder Corrêa da Silva, Graduada em Letras Anglo. Participa de política partidária desde a juventude. Em Município de Santa Catarina, foi Secretária de Educação, Esteve na Presidência do Conselho da Criança e do Adolescente. Faz parte das ativistas do "Muito Mais Brasil". Exerceu a profissão de professora, também em Santa Catarina. Excepcionalmente foi mãe, dedicada à formação dos seis filhos. 4. Maria Inês Botelho, Prefeita do Município de Mandaguari (PR) – Gestão: 1997 a 2000. Vereadora pelo Município de Mandaguari (PR). 1ª Secretária da Câmara Municipal de Mandaguari (PR). Presidente da Associação dos Vereadores do Vale do Ivaí (PR). Presidente do Diretório local dos partidos políticos: PSDB, PPS, PRTB, PMN. Presidente do Partido PMDB – Mulher em Mandaguari (PR). Membro do Conselho Fiscal da Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense. Entre outros cargos políticos. 5. Maria Regina Canônico, Graduada em Bacharelado em Ciências Contábeis pela Faculdade Estadual de Filosofia Ciências Letras de Cornélio Procópio-PR (1986). Graduada e Licenciatura Plena em Economia e Administração pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (1997). Mestrado em Engenharia Civil, pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2011). Experiência na área de gestão administrativa, de gestão pública e outras áreas correlatas. Presidiu a Executiva Estadual das Mulheres de partido político. Concorreu como candidata ao cargo de Deputada Estadual. Presidente Municipal de partido político e responsável pela composição da equipe técnica. Nota: Presidente Coordenadora, Dra. Maria Teresa Marins Freire.

"ESTRADA AZUL"

No dia 05 de novembro próximo, às 19 horas, no Restaurante Le Copain, Rua Benjamin Constant, 278, Centro, em União da Vitória, Paraná, ocorre o lançamento do livro de poesias "Estrada Azul", o livro de estreia de Arthur Henrique Kampmann. Sobre o Autor: Nascido no ano de 1976, em União da Vitória, Paraná, o advogado Arthur Henrique Kampmann é escritor, poeta, compositor e baterista. Durante o Ensino Superior escreveu artigos para os jornais universitários. Dedica-se ainda às Artes Marciais. Agradeço o convite!

A ÚLTIMA

"Odilon Muncinelli, historiador, membro da ALVI, colunista do Jornal O Comercio de União da Vitoria-PR, sempre defende e escreve sobre o meu trabalho. Grato ao nobre acadêmico pelas palavras em razão do resgate da historia regional". (João Batista Ferreira dos Santos, o caro e velho amigo JB).

Beira do Iguaçu, Outubro de 2.020
Odilon Muncineli é Membro da ALVI e do IHGPr

OPINIÃO | **Por Geraldo Samor**

R$ 50 BILHÕES DE MOTIVOS PARA REPENSAR O BRASIL

Provando o velho truísmo de que o maior esporte do homem é falar do dinheiro dos outros, o assunto do domingo foi a nota do nosso colega Lauro Jardim dizendo que "uma família de São Paulo acaba de enviar ao exterior a módica quantia de R$ 50 bilhões", e que a mesma família pagou impostos de transmissão (ITCMD) da ordem de R$ 2 bilhões. Glossário para quem não tem herança a deixar ou receber: o ITCMD é devido quando um herdeiro recebe sua herança, ou quando alguém doa patrimônio em vida a terceiros.

Os grupos de Whatsapp explodiram em especulações sobre quem poderia ser este 'Contribuinte do Ano', para o qual o Governo de São Paulo já deve estar mandando fazer uma estátua. Alguns grupos botaram suas fichas na família de Aloysio Faria, o lendário fundador do Banco Real, que morreu no mês passado aos 99 anos. A remessa seria uma decisão dos herdeiros como parte da sucessão, mas uma pessoa de dentro da família enterrou a especulação, dizendo ao Brazil Journal: "Posso te garantir que isso não tem nada ver com Aloysio Faria; até porque, pagar um ITCMD em 30 dias seria um recorde!"

Na dilapidada moeda brasileira, R$ 50 bilhões valem hoje magros US$ 9 bilhões — mas, se usando-se um câmbio médio de R$ 3,75 (prevalente há pouco tempo), R$ 50 bilhões já seriam US$ 13 bilhões. O ponto é: uma família teria que ganhar US$ 660 milhões líquidos — por ano, e ao longo de 20 anos — para acumular este tipo de liquidez. (Ok, a conta de padeiro obviamente não leva em consideração o compounding do patrimônio ao longo do tempo.)

Para efeito de comparação, R$ 50 bilhões é o equivalente a mandar para o exterior 130% de uma Lojas Renner (R$ 32 bilhões de market cap), três BRFs (R$ 15 bi, e tem troco) e cinco Cyrelas (R$ 10 bi). Outros concluíram que um suspeito melhor é a família Safra, que, apesar de seu patrimônio internacional conhecido, ainda teria (antes da suposta remessa) uma parte significativa do patrimônio em reais. O problema com esta tese é que, ao que consta, 'seu José' já fez uma doação em vida para os filhos e já pagou o imposto há tempos.

Quando comprou o banco suíço Sarasin em 2012, o banqueiro trocou seu domicílio fiscal para Genebra e praticamente zerou sua liquidez em reais. Parte do ceticismo também tem a ver com o fato de que os herdeiros (qualquer que seja a família) poderiam ter remetido os recursos, mas feito a doação lá fora, deixando de pagar o imposto. (O direito dos estados de cobrar o ITCMD nas doações feitas no exterior está sendo contestado no STF, porque nunca se aprovou a lei complementar necessária para regulamentar o assunto. Coincidentemente, se é que há coincidências, na quarta-feira passada o STF pautou o assunto para o dia 23 de outubro.)

"A verdade é que são pouquíssimas famílias com este tipo de liquidez no Brasil, " disse um banqueiro. "Conta-se numa mão. A maior parte dos empresários tem seu patrimônio nas empresas, mas não este tipo de liquidez. "

Outro concordou: "Os caras mais ricos do Brasil não moram no Brasil. Quando você pega essas listas de bilionários, a maioria tem domicílio fiscal lá fora. " Enquanto a busca pelo bilionário continua, cabe uma reflexão sobre por que alguém, com a taxa de câmbio no nível nominal mais baixo da história, ainda assim remeteria toda essa liquidez ao exterior. Essa remessa (ainda que ela fosse um quinto ou um décimo do valor noticiado) diz muito sobre o Brasil. Seria um veredito sobre nossa falta de compromisso com contas públicas equilibradas e a saúde da nossa moeda? Ou uma opinião sobre as chances do Governo atual de executar uma agenda de reformas relevante nos dois anos que restam? Quem sabe é um comentário sobre os conflitos do nosso Judiciário, a mediocridade de boa parte do Legislativo e nossas prioridades enquanto sociedade? Morando aqui no Brasil, aqueles R$ 50 bi pagam impostos a um Estado dono de petroleira e estatal de eletricidade, mas onde 100 milhões de pessoas (metade da população) não tem coleta de esgoto em casa. Um País com Caixa, Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia — mas onde 30% dos adultos são analfabetos funcionais. Será isso o que fez o dinheiro mudar de endereço?



EXPEDIENTE
O Comércio Gráfica e Editora Ltda.
Fundado em 11 de Junho de 1931
Site: www.jornalocomercio.com
GRUPO VERDE VALE DE COMUNICAÇÃO
Filiado a
Direção Geral: Sitamar Luzia Brittes Dalmas Gerência: Andrews Roberson Batista Departamento Comercial: Marcelo Maltauro e Lu Calistro Corretor de Conteúdo: Ana Cabral Reportagem: Ricardo Silveira, Wannessa Stenzel e Jaqueline Castaldon Diagramação: Gabrielly Cesco Colaboradores: Therezinha Wolff, Odilon Muncinelli, Brittes Antonio Brittes Assinatura Anual (Local: R$ 240,00 | Microrregião: R$ 480,00) Atendimento: Rua Dário Bordin, 313 - União da Vitória (PR) CEP: 84600-000 - Tel (42) 3521-2050 CNPJ: Matriz: 77.958.882/0001-27 | Filial: 77.958.882/0002-08 Circulação: União da Vitória, Bituruna, General Carneiro, Cruz Machado, Paula Freitas, Paulo Frontin, Porto Vitória, Porto União, Irineópolis, Matos Costa, Calmon, São Mateus do Sul e Antonio Olinto. Impressão: Press Alternativa. ARTIGOS DE OPINIÃO ASSINADOS, NÃO REFLETEM NECESSÁRIAMENTE A OPINIÃO DO JORNAL.

AMSULPAR | Da Redação

NÚMEROS APONTAM QUEDA NA ARRECADAÇÃO DAS CIDADES

General Carneiro pode ser o município mais afetado na região.



O **Tribunal de Contas do Estado** (TCE/PR) divulgou na semana passada um levantamento sobre as receitas dos municípios do Paraná. Segundo o órgão, houve queda de arrecadação, entre janeiro e agosto de 2020, de aproximadamente R$ 1 milhão.

Vale do Iguaçu

A administração de União da Vitória estimou arrecadar em 2020 o montante de R$ 158 milhões segundo o orçcamento municipal. Fechado o mês de outubro, 78,58% do valor previsto foi devidamente atingido, ou seja, o município arrecadou R$ 124.163.785,73.

Se mantiver a média apresentada até aqui, a estimativa para os próximos dois meses revela que União da Vitória deve atingir algo em torno de 94% do total orçado no início do ano, ou seja, baixa de aproximadamente 6% na receita prevista.

Já em Porto União, a administração projetou um orçamento de R$ 86.536.780,00, atingindo até outubro 70,16%, ou seja R$ 60.711.233,60. Mantendo esse ritmo, pode fechar o ano com 84,19% do valor previsto, ou seja, quase 15% de perda.

Amsulpar

A reportagem buscou também as estimativas das receitas dos nove municípios atendidos pela Associação dos Municípios dos Sul do Paraná (Amsulpar). Os gestores da região, já em março deste ano, após o anúncio dos primeiros casos confirmados do coronavírus, relataram a preocupação com a possível perda de receita composta basicamente por impostos que deixaram de ser gerados como consequência do isolamento social e que foram adotados para evitar a contaminação pelo covid-19; relataram ainda, através de suas redes sociais, uma certa cautela sobre o apoio financeiro através das perdas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Vale lembrar que o limite de gastos se estende ao custo geral da máquina pública e investimentos em obras, não considerando as despesas com saúde, educação, encargos sociais e pessoal dos municípios e pagamento de dívidas obrigatórias, que continuam sendo o foco das prefeituras.

O levantamento aconteceu com base nos dados que constam no Portal da Transparência até 25 de outubro.

Com R$ 70.243.316,49 a administração de Bituruna projetou seu orçamento para o ano. Finalizando o mês de outubro, o município atingiu apenas 58,79% do previsto, ou seja, arrecadou R$ 41.296.916.63. Para os próximos dois meses, seguindo a média do ano, o município deverá atingir 70,54%, ficando aquém em 29,46% do previsto no início de 2020.

Já a administração de Cruz Machado projetou o orçamento em R$ 63,1 milhões. O município deve fechar o decimo mês de 2020, com 70,35% do previsto, o equivalente a R$ 44.390.401,40. Mantendo o ritmo, Cruz Machado deve atingir nos próximos dois meses 84,42% da receita anual.

Ainda, General Carneiro deve finalizar outubro com 57,27% do valor de orçamento projetado. Até então foram arrecadados R$ 29.931.263,60 dos R$ 52.261.109,32 orçados em janeiro. Seguindo esse ritmo, nos próximos dois meses o município deve atingir 68,72% do total. Caso as expectativas se confirmem, será um dos municípios com a maior queda no ano na região.

Em Paula Freitas, o valor previsto para o ano foi de R$ 21.787.545,60. Até agora, o montante é de R$18.086.113,05, sendo 83,01% do total. Contrariando os demais municípios, Paula Freitas deve atingir 99,63% do orçamento projetado nos próximos meses. Em se mantendo a projeção será o municipio menos afetado.

A administração de Paulo Frontin projetou montante de R$ 25.450.286,00. Até agora, foram arrecadados R$ 16.815.498,56, o equivalente a 66,07%. O município pode chegar nos próximos meses a 79,29% do previsto.

Porto Vitória estimou receita de R$ 23.938,000,00. O arrecadado até agora foi de R$ 17.285.860,94, sendo 72,21% do previsto. Para os próximos meses, o município deve alcançar 86,67% do montante projetado.

A prefeitura de São Mateus do Sul orçou para o ano o valor de R$ 135.328.750,00. Dados revelam que até agora foram arrecadados R$ 101.188,104,38, ou seja 74,77% do total. Seguindo a tendência de evolução para os próximos meses, deve atingir 89,72% do planejado no início do ano.

Saiba mais

Receitas Próprias são aquelas que o município arrecada diretamente através de seus impostos, taxas, entre outros. Já as Transferências de Receitas são constituídas por parte dos impostos cobrados pelo Estado e União, que retornam aos municípios mediante percentuais pré-definidos.

Antônio Olinto

Os dados no Portal da Transparência sobre a receita do município de Antônio Olinto não estavam atualizados até 26 de outubro.

FIESC
NOTÍCIAS
FIESC
INDÚSTRIA FORTE É DESENVOLVIMENTO



Foto: Filipe Scotti

Ferramenta foi apresentada no dia 21.

FIESC lança plataforma on-line de internacionalização para a indústria

As estratégias e ferramentas que a indústria de SC precisa para iniciar ou alavancar a internacionalização estão na plataforma on-line (internacionalizacao.fiesc.com.br) que a FIESC lançou em reunião virtual no dia 21. Trata-se de um espaço que vai atender de micro a grandes companhias, com informações e ferramentas sobre o comércio internacional e as oportunidades para tornar as empresas mais competitivas. O presidente da FIESC, Mario Cezar de Aguiar, observa que a internacionalização é um dos pilares da gestão ao lado de infraestrutura, inovação e inclusão. "O lançamento da plataforma consolida nosso programa de internacionalização, o International Competitiveness (Intercomp), que levamos a todo o estado mobilizando empresas para o mercado internacional". Na plataforma, o empreendedor também encontra outras ferramentas. Entre elas, o Internacionalize Agora, que é gratuito, e mostra o que uma empresa precisa saber para exportar, importar e estabelecer parcerias estratégicas.

FIESC - ASSESSORIA DE IMPRENSA - 0800 048 1212 fiesc.com.br

audio midia
audio profissional

DADOS
relevantes e importantes!
COMPARTILHE
com quem você conhece.

CRUZ MACHADO - PR



BITURUNA - PR



GENERAL CARNEIRO - PR



PAULA FREITAS - PR



PAULA FRONTIN - PR



PORTO UNIÃO - SC



PORTO VITÓRIA - PR



SÃO MATEUS DO SUL - PR



FONTE: Portal da Transparência

DADOS
relevantes e importantes!
COMPARTILHE
com quem você conhece.

PORTO VITÓRIA - PR



Antônio Olinto

Os dados no Portal da Transparência sobre a receita do município de Antônio Olinto não estavam atualizados até este dia 26 de outubro.

NOS SIGA NAS REDES
@jornalocomercio

ÓTIMA LOJA
(42) 3522-2042

EDUCAÇÃO | Da Redação

MAIOR PROGRAMA DO BRASIL: PARANÁ TERÁ 215 COLÉGIOS CÍVICO-MILITARES

Investimento será de R$ 80 milhões e atenderá 129 mil alunos. Unidades serão instaladas em 117 municípios



O governador **Carlos Massa Ratinho Junior** anunciou ontem 26, no Palácio Iguaçu, que o programa de colégios cívico-militares será implementado em 215 colégios estaduais de 117 municípios de todas as regiões do Estado a partir de 2021. União da Vitória está inserido no programa.

O investimento direcionado a cerca de 129 mil alunos será de cerca de R$ 80 milhões. É o maior projeto do País nessa área. *"Esse programa será transformador para o Paraná. Para entregar a melhor educação do Brasil precisamos ampliar os projetos e trazer novas ideias"*, afirmou Ratinho Junior. Ele destacou que a média das escolas cívico-militares no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é 20% maior do que na educação tradicional. *"Esse é um modelo vencedor. Se é vencedor, queremos ofertar essa modalidade. A implantação será feita de forma democrática"*.

A nova modalidade de ensino funcionará com gestão compartilhada entre militares e civis em escolas do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. As aulas continuarão sendo ministradas por professores da rede estadual, enquanto os militares serão responsáveis pela infraestrutura, patrimônio, finanças, segurança, disciplina e atividades cívico-militares. Haverá um diretor-geral e um diretor-auxiliar civis, além de um diretor cívico-militar e de dois a quatro monitores militares, conforme o tamanho da escola.

Os colégios foram selecionados pela Secretaria de Educação e do Esporte e haverá uma consulta à comunidade escolar a partir de hoje (27) para oficializar a indicação. Um dos diferenciais é o aumento da carga horária curricular, com aulas extras de português, matemática e valores éticos e constitucionais. A lei foi aprovada neste ano pela Assembleia Legislativa do Estado, mas o programa está sendo planejado desde o ano passado.

O governador Ratinho Junior disse que o programa está dentro do contexto do avanço dos índices do Ideb, como o salto para terceiro lugar no Ensino Médio. A rede estadual teve pontuação acima das escolas particulares nos anos iniciais do Ensino Fundamental e houve avanço qualitativo na Capital e no Interior.

UNIDADES

As unidades do programa de colégios cívico-militares foram selecionadas em municípios dos 32 Núcleos Regionais de Educação (NREs) com mais de dez mil habitantes e que tenham ao menos duas escolas estaduais na área urbana, além das seguintes características: alto índice de vulnerabilidade social, baixos índices de fluxo e rendimento escolar e que não ofertem ensino noturno. Esses critérios foram delimitados na lei estadual para que pais e mães possam escolher o modelo educacional que deseja para o filho.

As instituições de ensino selecionadas funcionarão em regime de cooperação, por meio de termo entre a Secretaria da Educação e do Esporte e a Secretaria da Segurança Pública do Paraná. O programa será avaliado continuamente a partir da implementação, como forma de aferição da melhoria e do alcance das metas do modelo proposto. Não haverá seleção de alunos.



ENTENDA COMO FUNCIONARÃO AS CONSULTAS PÚBLICAS

As consultas públicas acontecerão nas escolas indicadas para o programa hoje, 27, e amanhã, 28, das 8 horas às 20 horas. Estarão sob consulta da comunidade colégios em regiões com alto índice de vulnerabilidade social, baixos índices de fluxo e rendimento escolar e sem oferta de ensino noturno, conforme a legislação aprovada pela Assembleia Legislativa. A consulta será em formato de referendo, cabendo à população dizer sim ou não ao modelo na escola em questão.

Fazem parte da comunidade escolar professores, funcionários e pais de alunos matriculados na instituição. Caso o estudante seja maior de idade (18 anos), o próprio participa da consulta. É preciso levar um documento pessoal para votar e pais ou responsáveis votam de acordo com o número de matriculados sob sua tutela na escola, ou seja, uma mãe com três filhos pode votar até três vezes. É recomendável que cada pessoa leve sua própria caneta para registrar sua assinatura.

Para ter validade, mais de 50% das pessoas aptas devem participar da consulta. Se uma comunidade escolar for formada por 500 pessoas, é necessário um quórum de pelos menos 251 pessoas. Para migrar ao modelo cívico-militar basta a aceitação de maioria simples dos votantes da escola, ou seja, 50% e mais um voto do total. O resultado de todas as consultas deve sair até quinta-feira (29).

Superpão
www.superpao.com.br
(42) 3523-6797

adi ASSOCIAÇÃO DOS JORNAIS DIÁRIOS DO INTERIOR DO PARANÁ

Pelo Paraná

FORO PRIVILEGIADO



O senador Álvaro Dias (Podemos) faz uma análise a respeito do setor econômico no Brasil, e enfatiza a necessidade do presidente da Câmara dos Deputados colocar o projeto que acaba com o foro privilegiado em votação. "O projeto que acaba com o foro privilegiado está no Senado a mais de três anos. A promulgação do fim do foro privilegiado seria um salto civilizatório", afirma o senador.

Protagonismo

O deputado federal Filipe Barros (PSL) defendeu a privatização de estatais e considera que este é o momento de reduzir a interferência do estado na vida do cidadão. Barros criticou a existência de estatais e lembrou que os brasileiros são conservadores nos valores e liberais na economia. "O governo federal tem colocado o cidadão brasileiro como protagonista. O presidente e grande parcela do legislativo defende as bandeiras que a maioria do povo brasileiro defende", afirma.

Custas de cartórios

Em reunião na Assembleia Legislativa do Paraná, o presidente da Seccional Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cássio Telles, conclui que "não há espaço" para o aumento das taxas e custas de cartórios, devido ao impacto financeiro que ele traria para a sociedade. A proposta estava "engavetada" pelo presidente da Alep, deputado Ademar Traiano (PSDB).

Custas de Cartórios II

Segundo o presidente da comissão especial instituída pela Alep para debater os projetos de lei que revisam as tabelas de custas dos cartório, deputado Anibelli Neto (MDB), a intenção é apresentar um relatório sobre as propostas antes de dezembro. No início de novembro, a comissão volta a se reunir para ouvir representantes da Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (Anoreg-PR) e dos cartórios do interior.

CDE Virtual

O Tribunal Superior Eleitoral abriu as inscrições para o credenciamento de veículos de comunicação e de profissionais de imprensa que desejam acompanhar, de forma virtual, a apuração das Eleições Municipais de 2020. Os interessados devem acessar formulário para requerer o acesso ao Centro de Divulgação das Eleições (CDE) Virtual, criado para evitar aglomerações.O credenciamento poderá ser feito até o dia 29 de novembro.

Concessão

O BNDES irá realizar a concessão de parques ou unidades de conservação federais e estaduais. O presidente do Banco, Gustavo Montezano, afirmou que, até o fim de 2021, os projetos devem ser consolidados com base nos critérios ASG – sigla que agrupa três temáticas importantes: questões ambientais, sociais e de governança. As licitações terão início com os parques nacionais do Iguaçu (PR), Jericoacoara (CE) e Lençóis Maranhenses (MA), que, desde dezembro de 2019, estão incluídos no Programa Nacional de Desestatização.

NOS SIGA NAS REDES
@jornalocomercio

Da Redação ADI-PR Curitiba
jornalismo@adipr.com.br

Coluna publicada simultaneamente em 22 jornais e portais associados. Saiba mais em www.adipr.com.br

/peloestado **[PeloEstado]** peloestado.com.br

Segundo Tribunal de Julgamento

O Tribunal de Justiça sorteou os cinco desembargadores que vão compor o novo Tribunal Especial de Julgamento no segundo pedido de impeachment contra o governador Carlos Moisés (PSL). Luiz Zanelato, Sônia Maria Schmitz, Rosane Portella Wolff, Luiz Antônio Zanini Fornerolli e Roberto Lucas Pacheco, por ordem de sorteio, são os magistrados que vão compor a nova comissão que terá poder para decidir se houve ou não crime de responsabilidade na compra dos 200 respiradores da China e na contratação do hospital de campanha.

Pelo menos cinco desembargadores sorteados pediram a suspensão de participar do Tribunal alegando questões de foro íntimo.

A sessão de julgamento do primeiro impeachment, na semana passada, foi marcada pela divergência entre procuradores e deputados, com exceção do desembargador Luiz Felipe Siegert Schuch, único entre os magistrados a entender que a denúncia não precisa ter os requisitos rigorosos de uma ação judicial.

Essa divisão ficou ainda mais acirrada após a reportagem da NSC divulgar imagens captadas na votação de deputados criticando o posicionamento dos desembargadores. Em uma dessas mensagens, o deputado Kennedy Nunes (PSD), relator do processo, chama os desembargadores de "máfia de toga".

Talvez, isso explique, em parte, uma maior resistência dos desembargadores que desistiram de participar do julgamento. No sorteio do primeiro, apenas um desembargador pediu para suspender a nomeação, pelo mesmo motivo de foro íntimo.



DORMIU A sessão histórica do julgamento do relatório do impeachment, que começou na manha de sexta-feira, 23, e só terminou na madrugada de sábado, 24, desafiou a resistência física de quem acompanhou. Foram 17 horas e quem esteve na Alesc, ou até mesmo quem acompanhou de casa, em algum momento deve ter cochilado também, como ocorreu com o deputado Mauricio Eskudlark (PL).

Tempo A governadora interina Daniela Reinehr (sem partido) convocou coletiva para falar sobre o que os catarinenses podem esperar de seu governo. Daniela é muito mais alinhada ao bolsonarismo que Moisés, mas com rusgas a aparar entre seus correligionários do mesmo clube. E é o Diário Oficial dos próximos dias que vai dar o tom da sua gestão. A expectativa está nas mudanças do primeiro escalão, que definem o direcionamento das políticas, mas não podemos esquecer que são nos escalões debaixo que acontecem a maior parte das trocas de favores. É ver pra crer.

▶PARDAL O aplicativo Pardal registrou até o momento 2.788 denúncias de propaganda eleitoral irregular ou ilegal em Santa Catarina. As três principais irregularidades acusadas pelos cidadãos catarinenses envolvem a utilização de placas, carros plotados e carros de som.

▶COLÉGIO MILITAR
A Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC) comunica que estão abertas as inscrições para processo seletivo de alunos nos Colégios Policiais Militares Feliciano Nunes Pires, nas unidades de Florianópolis, Lages, Blumenau, Joinville e Laguna, para o ano letivo de 2021. O processo se destina ao preenchimento de 300 vagas para o 6° ano, sendo 60 vagas para cada município. As vagas serão destinadas com o percentual de 50% para dependentes de Militares estaduais e 50% para o público em geral.

▶FIDELIDADE RADICAL
O deputado Jessé Lopes (PSL), seguidor incondicionadal do presidente Bolsonaro, já tem pleitos para a governadora Daniela. Lopes quer logo de cara a prova real de que Daniela está com Bolsonaro até debaixo d'água e lançou um desafio para isso: que Daniela "rasgue os decretos relacionados à pandemia".



Integração Editorial
Associação de Diários do Interior SANTA CATARINA
SC Portais O INTERIOR AO ALCANCE DE UM CLICK
Jornalistas
Edição e textos: Fábio Bispo (peloestado@gmail.com)
Conteúdo e redes sociais: Patricia Krieger

LUBRIFHIL
(42) 3524-7948

CURITIBA PROJETA NATAL MAIS MODESTO

Uma pesquisa Datacenso feita em parceria com a Associação Comercial do Paraná (ACP), denominada "100 dias para o Natal", aponta – conforme já era esperado, que a pandemia do novo coronavírus irá afetar as vendas do período natalino na capital paranaense. A sondagem aborda também as dificuldades enfrentadas este ano, as expectativas para o ano que vem e o sentimento do comerciante em relação à economia daqui para a frente.

Para o presidente da ACP, Camilo Turmina, passados mais de sete meses, desde o início da pandemia, com grandes incertezas e dificuldades enfrentadas por todos, "o comerciante começa a se adaptar à nova realidade e já tem dados suficientes para planejar o futuro de seu negócio". Ele lembra, por exemplo, a boa adaptação ao período de funcionamento entre 10 e 20 horas.

A pesquisa aponta que, para a maior parte dos comerciantes curitibanos, as vendas no Natal deste ano serão inferiores às do ano passado em função do aumento do desemprego e da queda da renda das famílias causados pela pandemia do novo coronavírus.

A expectativa é de uma queda nominal de 11% nas vendas em relação ao mesmo período do ano passado. E queda real de 14% corrigida pela inflação acumulada dos últimos 12 meses, que foi de 2,4%.

A maioria dos comerciantes (66%) curitibanos não tem planos para novos investimentos ou mudanças para os próximos meses. Para os que irão fazer investimentos (34%), os mais citados são: reformas na parte estrutural; mudanças na parte estética (redecorar, modernizar), investimentos em tecnologia; e mudanças relacionadas aos produtos oferecidos (variedade e qualidade).

Já para o próximo ano, a maior parte dos comerciantes curitibanos demonstra esperança para o próximo ano, quanto ao seu negócio: 65% estão esperançosos, animados; 34% preocupados; e apenas 1% desanimados.

Foram entrevistados 203 comerciantes curitibanos e 673 consumidores paranaenses, totalizando 876 entrevistas.

NOS SIGA NAS REDES
@jornalocomercio





EVENTO

Por Ana Cabral
ana.cabral@vvale.com.br

FÓRUM ECONÔMICO ACONTECE NA QUINTA-FEIRA

Evento será realizado na UNESPAR e é organizado por entidades representativas do Vale do Iguaçu

Entidades representativas de União da Vitória e Porto União, realizam na quinta-feira, 29, às 9h, no Auditório da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Campus União da Vitória, o Fórum Econômico de Porto União da Vitória.

O evento tem como objetivo conscientizar e mobilizar a opinião pública em promover um encontro com todos os candidatos a prefeito e vice-prefeito de União da Vitória e Porto União.

Segundo a presidente da Associação de Turismo e Meio Ambiente do Vale do Iguaçu (ATEMA), Arceli Fudal, a dinâmica do Fórum funcionará da seguinte maneira; as entidades envolvidas farão uma explanação das necessidades de investimentos com foco nos aspectos econômicos. Ao final, os candidatos terão cinco minutos para falarem.

Além da ATEMA, as entidades envolvidas são: Observatório Social de União da Vitória, Território Iguaçu, Associação dos Municípios Sul Paranaense (AMSULPAR), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), subseção de União da Vitória, e Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), de União da Vitória e Porto União.

A apresentação do evento será feita pelo professor Aluizio Witiuk, e devido as medidas de prevenção da Covid-19, no local, será permitido apenas a presença de uma pessoa por entidade devidamente credenciada. O Fórum será transmitido ao vivo pelo youtube do portal Vvale.



PUBLICAÇÃO LEGAL

Comercial Agropecuária Boi Crioulo CNPJ: 825050740001-44, torna público que requereu a IAP- Instituto Ambiental do Paraná a renovação de sua Licença de Operação para Depósito de Agrotóxico localizado na rua 22 de janeiro, 404 Paulo Frontin PR.

PUBLICAÇÃO LEGAL

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

Bonin Serviços e Empreendimentos Eireli torna público que recebeu do IAT, a Licença Ambiental Simplificada de número 209299, com validade 26/10/2025, para coleta e transporte de resíduos sólidos classe I, Classe IIA e IIB, implantada na Rua Frei Policarpo, nª 367, no município de União da Vitória – PR.

CREDENCIAMENTO

CHAMAMENTO PÚBLICO nº. 11/2020
ATA DE ANÁLISE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Aos vinte e seis dias do mês de outubro de dois mil e vinte, às 10:00 (dez) horas, reuniram-se na sala do Auditório Municipal, do prédio da Prefeitura Municipal, sito a Av. Vitória, nº 251, Bairro Centro, a Presidente da Comissão de Licitações, Sr(a) Vera Maria Benzak Krawczyk e membros da Comissão de Licitação, Sr(a) Lilian Maciel de Oliveira e o Sr(o) Nivaldo Budin para procederem à análise e julgamento dos documentos de habilitação da proponente Sônia Edna Pasquali, inscrita no CPF: 292.883.828/79, interessada no credenciamento 11/2020.

A documentação apresentada foi conferida e rubricada pela presidente da CPL, e demais membros, sendo a pontuação da proponente de 45 pontos para o item 5 – Profissional Técnico de enfermagem para atuar junto à Secretaria de Saúde desta municipalidade, sendo esta a 1ª colocada na ordem de classificação. O resultado será publicado no sitio da prefeitura municipal www.pmcm.pr.gov.br, será concedido o prazo recursal a contar desta data.

Nada mais havendo tratar, foi encerrada a sessão, cuja ata vai assinada pelo presidente membros da Comissão de Licitação.

Presidente da CLP
Membro da CLP
Membro da CLP

Assinante,
Tem algum **comentário, elogio ou crítica** sobre o conteúdo do nosso jornal?
Opinião
Queremos **oferecer uma experiência cada vez melhor** para você. **Participe.**
Aponte a câmera do seu celular para este código. **Envie sua opinião** para **(42) 99823-0044.**
Jornal O Comércio


LUIS DEBIASI/AGÊNCIA AL

“Talvez não tenha me dedicado tanto a gestão política”, reflete Moisés ao se afastar

[PeloEstado]

O governador catarinense Carlos Moisés (PSL) é o primeiro chefe de Executivo estadual afastado para responder a um processo de impeachment desde a Constituição de 88. O coronel da reserva do Bombeiro que colocou o nome à disposição do então partido de Bolsonaro apenas para preencher tabela foi do céu ao inferno em dois anos. Em outubro de 2018, eleito com 72% dos votos em uma eleição tida como improvável, Moisés tinha o melhor dos mundos para fazer um governo sem grandes dificuldades. Mas o mundo dá voltas, e na política não basta ser bem-intencionado, é preciso habilidade.

E Moisés ‘ousou’ desafiar as forças mais poderosas do Estado, tentando imprimir um novo jogo no tabuleiro da política catarinense. Aos poucos, foi perdendo todos seus peões, ficou sem base na Alesc, e depois, o mais importante, a popularidade do eleitor.

Em outubro de 2020 Moisés chegou no seu inferno astral como governador. O Tribunal Especial de Julgamento decidiu afastá-lo do cargo para responder ao processo de crime de responsabilidade no caso da equiparação salarial dos procuradores do Estado. Esta semana, um novo Tribunal de Julgamento se forma para julgar o processo de impeachment da compra dos 200 respiradores da China.

Mais surpreendente ainda foi a absolvição da vice-governadora Daniela Reinehr (sem partido), em um voto aparentemente despretensioso do deputado Sargento Lima (PSL), que alterou profundamente todas as expectativas na sessão de julgamento.

A decisão foi um balde de água fria nas pretensões do presidente da Alesc, deputado Julio Garcia (PSD), que estava a um passo de colocar a mão na caneta de governador.

Na tarde de sábado, após o resultado que decretou seu afastamento, Moisés chamou jornalistas na Casa D’Agronômica para se manifestar —diferente de Daniela, que acompanhou o impeachment no plenário da Assembleia, Moisés manteve a agenda normalmente e viajou ao Sul do Estado para inaugurar obras.

O governador reconheceu, talvez pela primeira vez, certa falta de habilidade política para contornar situações e evitar chegar ao ponto que chegou e classificou a decisão do afastamento como política e não técnica. Moisés acredita em absolvição no julgamento dos procuradores, mas antes disso poderá enfrentar um novo pedido de afastamento do cargo no caso dos respiradores.

Diálogo com a vice. Moisés e Daniela foram eleitos em uma campanha unida em torno da eleição do presidente Jair Bolsonaro. Mas os dois se afastaram ao longo da gestão. Moisés trocou farpas com o presidente e se descolou das bandeiras bolsonaristas. Mas uma reaproximação foi ensaiada nos últimos meses, após a instauração do processo de impeachment. Sobre o assunto, Moisés disse: “Conversei com a vice-governadora e colocamos a disposição dela todo o primeiro escalão do governo. São mais de 50 estruturas de governo e eu me ofereci, inclusive, para nos reunirmos todos de uma vez só, mas hoje à tarde, ainda, ela se reúne com as principais estruturas do nosso secretariado, com as principais pastas que vão conversar com ela e facilitar, esse foi meu pedido, esse processo de transição, que chamamos, porque, a partir de agora, quando você pergunta se terá muitas modificações no governo, a partir de agora, deixo de fazer o processo de gestão e a vice, mesmo que de forma interina, tem a liberdade de exercer as suas escolhas.

Política no afastamento. Moisés disse que vai buscar dialogar com os deputados, enquanto responde ao processo de impeachment. “Eu me dediquei muito a gestão pública e talvez não tenha me dedicado tanto a gestão política. Mas eu penso que, sim, é um período que me afasto da gestão e vou me dedicar a estabelecer esses elos com as lideranças políticas do nosso estado. Tenho convicção de que esse processo deve ser arquivado, mesmo com o arquivamento e para isso, a gente precisa, de fato, dialogar com o parlamento e é isso que vamos intensificar.

Dois impeachments. Questionado onde acha que errou para estar respondendo a dois processos de impeachment ao mesmo tempo na Assembleia, Moisés se diz inocente nos dois casos: “Os meus processos de impeachment não tem justa causa, isso a gente pode entender como funcionou ontem [sexta], através dos votos incisivos dos desembargadores, que conhecem o assunto, afinal, discutir direito cabe aos magistrados, então, ninguém melhor que os magistrados em número de quatro para discutir esse direito, que é uma decisão que ainda não foi consolidada de fato, não foi pacificada dentro do próprio poder judiciário, há uma complexidade no tema e não há justa causa. No segundo processo de impeachment, também não há justa causa. Entendemos que tanto o processo de compras, enfim, de escolhas de parceiros para fornecer à administração pública não é ato do governador”.

Bolsonarismo. Na coletiva Moisés deixou claro a intenção de se reaproximar do presidente Bolsonaro. “Entendo que nunca nos afastamos. Quando falo de aproximação com o governo é as mesmas práticas. Nosso colegiado aqui da administração pública é técnico, que é o que se repete lá no governo federal. Nós combatemos arduamente a corrupção, temos atitudes de integridade, transparência, de boa governança com os nossos órgãos de governo e acreditamos que isso também é feito em Brasília. Então eu vejo esse tipo de alinhamento na nossa gestão.

Integração Editorial
Associação de Diários do Interior Santa Catarina
SC Portais O INTERIOR AO ALCANCE DE UM CLICK
Edição: Fábio Bispo (peloestado@gmail.com)
Conteúdo e redes sociais: Fábio Bispo e Nícolas Horácio.
www.scportais.com.br